

ISSN 1981-1381

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO COM ÊNFASE ÀS
MIGRAÇÕES NA VILA JARDIM, NO BAIRRO CAMOBI,
EM SANTA MARIA, RS¹**

*SOCIO-ECONOMIC DIAGNOSIS WITH EMPHASIS ON
MIGRATIONS IN VILA JARDIM IN CAMOBI NEIGHBORHOOD
IN THE CITY OF SANTA MARIA, RS*

Elaine Bettim dos Santos² e Vilma D. Morfardini Figueredo³

RESUMO

No presente trabalho, buscou-se investigar os aspectos econômicos dos moradores migrantes e não migrantes da vila Jardim, no Bairro Camobi, em Santa Maria, RS. O objetivo geral foi diagnosticar e analisar os aspectos socioeconômicos da população migrante e não migrante na Vila Jardim. A contribuição da pesquisa está vinculada ao conhecimento da realidade do local. Para a realização do estudo, foi aplicado um questionário de entrevista aos chefes de domicílios de forma amostral. Os resultados evidenciaram que na Vila há um predomínio da população feminina. O nível de escolaridade entre a população é baixo, o que reflete nos níveis salariais que variam de um a dois salários-mínimos. No que se refere às migrações na Vila, observou-se que mais da metade dos moradores são migrantes e que as suas condições socioeconômicas são mais significativas se comparadas às situações dos não migrantes.

Palavras-chave: urbanização, movimentos migratórios, questão socioeconômica.

ABSTRACT

This study sought to investigate the economic aspects of migrating and non-migrating dwellers of Vila Jardim in Camobi neighborhood in the city of Santa Maria. The contribution of this research is linked to knowledge of the reality of

¹ Trabalho Final de Graduação - TFG.

² Acadêmica do Curso de Geografia - UNIFRA.

³ Orientadora - UNIFRA.

this place. To conduct the study, a questionnaire was applied to the heads of some households. The results showed that in the village there is a predominance of a female population. The level of education among the population is low, which reflects the wage levels ranging from one to two minimum salaries. With regards to migration in the Village, it was observed that more than half of the residents are migrants and their socio-economic conditions are better when compared to situations of non-migrants.

Keywords: *urbanization, migration movements, socio-economic issue.*

INTRODUÇÃO

Os movimentos populacionais no espaço não são aleatórios nem desvinculados de estruturas socioeconômicas e conjunturais. Dessa forma, no Brasil, ao longo do tempo, ocorreram diversos movimentos migratórios populacionais que contribuíram para o aumento do povoamento e a miscigenação das diversas regiões do país, o que estimulou a economia brasileira. Com o fim da escravidão no final do século XIX, houve uma grande necessidade de mão de obra e um grande incentivo por parte do governo brasileiro para a vinda de imigrantes, para suprir a mão de obra escrava, principalmente nas fazendas de café e zonas canavieiras. Nesse sentido, as migrações internas no Brasil são bastante antigas, devido ao histórico da economia brasileira marcado por ciclos econômicos como o da cana-de-açúcar, mineração, café e borracha, o que desencadeou vários deslocamentos populacionais internos para suprir a necessidade de mão de obra.

A partir da modernização da agricultura ocorreu o êxodo rural, um dos mais importantes movimentos populacionais da atualidade. Com isso, o Brasil transformou-se de rural ou agrário a urbano, cujo crescente aumento da população urbana exige que a cidade amplie seus espaços, ocupando cada vez mais as áreas de periferias, caracterizadas pela falta de infraestrutura e saneamento básico, o que, por sua vez, reflete na qualidade de vida dessa população.

Ao considerar a importância desses movimentos migratórios no Brasil, buscou-se identificar as condições sociais, econômicas e ambientais da população da Vila Jardim no bairro Camobi em Santa Maria, RS, estabelecendo diferenças entre migrantes e não migrantes, principalmente no que se refere às questões socioeconômicas, além de reconhecer as principais necessidades dessa população.

REFERENCIAL TEÓRICO

A URBANIZAÇÃO E SEUS PROBLEMAS

A urbanização representa o aumento da população urbana em decorrência do êxodo rural. Nesse processo, há a substituição de atividades primárias, por atividades secundárias e terciárias, como as indústrias, comércio e serviços. Hoje, pode-se dizer que o espaço mundial é predominantemente urbano, uma vez que mais da metade da população vive nas cidades.

Na Idade Antiga, as cidades eram pouco povoadas, pois a maior parte da população encontrava-se no meio rural e vivia da agricultura e demais atividades primárias. Na Idade Média, com o desenvolvimento do comércio e da industrialização, ocorreu um aumento da população urbana.

Segundo George (1983, p. 24),

a concentração dos poderes favorece o impulso urbano, permitindo o desenvolvimento das grandes cidades, a partir do século XIV. Mas o acontecimento decisivo é o nascimento do grande comércio marítimo e o início das grandes especulações financeiras e comerciais, no fim do século XV e no início do século XVI.

Com o desenvolvimento das cidades e o aumento da urbanização, começam a surgir os primeiros problemas sociais como a falta de moradia, de infraestrutura e de saneamento básico.

O crescimento urbano acentuado consolidou-se com a Revolução Industrial no século XIX desencadeado primeiro na Europa e, a seguir, nas demais áreas de desenvolvimento. Isso ocorreu com a vinda de grande número de pessoas do meio rural para os centros urbanos em busca de empregos e melhores condições de vida. Conforme George (1983, p. 25), “o principal motor do desenvolvimento urbano no século XIX foi a industrialização”, mas as cidades não estavam preparadas para esse aumento significativo da população, gerando, com isso, um grande caos, pois não havia infraestrutura, condição de moradia e nas fábricas não havia empregos para atender toda a demanda de pessoas desempregadas. Consequentemente, o nível de miséria e pobreza aumentou. Entretanto, a urbanização dos países desenvolvidos ocorreu de maneira diferente da urbanização dos países subdesenvolvidos.

Como afirma Singer (1976), nos países desenvolvidos, a urbanização foi gradativa, sendo que as cidades foram se estruturando lentamente com melhorias

na infraestrutura e aumento na geração de empregos, a fim de absorver os migrantes. Assim, os problemas urbanos não se multiplicaram tanto quanto nos países subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos, a urbanização foi mais lenta em um período de tempo mais longo, o que fez com que a estrutura urbana fosse mais organizada, densa e interligada, pois tais países apresentam alto nível de industrialização e de urbanização, economia diversificada e dinâmica, um vigoroso mercado interno e alta capacidade de consumo. No entanto, apesar de terem tido mais tempo para se estruturar, eles também enfrentaram inúmeros problemas como a luta de classes, a peste, a falta de alimento.

Deve-se, portanto, salientar que com as transformações científicas e tecnológicas promovidas pela Revolução Industrial houve um aumento da produção de alimento, porém o grande problema reside na sua distribuição, que depende do poder de compra de cada indivíduo.

A Revolução Industrial ocorrida nos países desenvolvidos provocou transformações urbanas e também uma revolução agrícola com uma modernização da agropecuária, porém teve como consequência o êxodo rural.

Segundo Valente (1995, p. 115),

com o advento da revolução industrial, que modernizou os meios de produção, a atividade agrícola é beneficiada com a introdução, no campo, de novas técnicas e métodos de uso do solo. Inicia-se então um rápido processo de transformação de espaço agrário, cujos resultados mais evidentes são a dependência e a submissão cada vez maior do campo em relação à cidade, face às necessidades de elevar a produção.

Portanto, a urbanização nos países desenvolvidos ocorreu devido a fatores atrativos ligados, basicamente, ao processo de industrialização e às transformações que provocaram nas cidades e à geração de empregos nos setores secundários e terciários, bem como salários mais altos, o que conferiu à população um maior poder aquisitivo.

No caso dos países subdesenvolvidos, a urbanização é mais recente, sendo que quase metade da população vive em cidades e a tendência é esse número aumentar ainda mais. O século XX caracterizou-se pela urbanização desses países, em especial, a partir da Segunda Guerra Mundial e tem ocorrido até hoje de forma muito acelerada, o que traz uma série de consequências indesejadas para o espaço urbano.

A QUESTÃO DAS MIGRAÇÕES

Para que seja possível entender os movimentos migratórios, é necessário ver o ser humano não como um indivíduo isolado, mas como um ser social que se expande e se distribui gerando, com isso, vários movimentos migratórios. No Brasil, as migrações intensificaram-se com o desenvolvimento da economia cafeeira e a necessidade da introdução da mão de obra assalariada devido à abolição da escravatura. Assim, a vinda de trabalhadores para o Brasil (as imigrações) é facilitada por subsídios do governo e de produtores brasileiros. Segundo Bassanezi (1995 apud OLIVEIRA, 2006), “o veloz crescimento da economia cafeeira em São Paulo subsidiou a imigração estrangeira que, baseada na ideologia liberal do momento, tornava o imigrante europeu extremamente necessário à construção da nova sociedade”. Esses imigrantes, quando aqui chegaram, dirigiram-se, principalmente, para os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, caracterizando esses movimentos por migrações externas.

Conforme Pacheco e Patarra (1997), na década de 1930 intensificam-se as migrações internas que se deslocam do campo para a cidade, iniciando o processo de expansão das fronteiras agrícolas do Paraná, interior de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Esses deslocamentos populacionais foram facilitados pelas redes de transporte e comunicação que estavam sendo implantadas pela política do Estado Novo. Após a Revolução Industrial do Brasil, intensificaram-se ainda mais as migrações internas brasileiras, isso se deve principalmente ao êxodo rural, que provocou uma explosão urbana nas regiões metropolitanas e cidades de médio porte.

A partir da década de 1980, as migrações brasileiras surgem com novas características, ou seja, elas não estão mais associadas aos movimentos de saída do campo em direção às grandes cidades para a criação de força de trabalho nas indústrias.

Segundo Pacheco e Patarra (1997), na verdade, o que está ocorrendo hoje é um crescimento dos fluxos migratórios de retorno às áreas de origem desses migrantes. Isso é um reflexo das mudanças ocorridas nos últimos anos no Brasil, como declínio da fecundidade e crise econômica, que é apontada como grande responsável pela redução do poder de atração das grandes cidades devido ao reduzido número de empregos oferecidos e às poucas oportunidades de ascensão social para as camadas de baixa renda. Mas isso se deve também às transformações na estrutura das bases de produção e a globalização da economia e avanços tecnológicos, o que produziu uma desconcentração industrial estabelecendo uma nova relação entre produção agrícola e industrial, transformando o campo. Esse processo provocou uma redução da migração campo-cidade e ampliou

a combinação de emprego com residência, intensificando os movimentos pendulares de população.

Cunha (2005) também se posiciona quanto à migração de retorno ao lugar de origem a partir da década de 1980, enfatizando que ela decorreu principalmente de uma das mais graves crises econômicas da história do Brasil, caracterizada pela recessão e pelo grande nível de desemprego, sendo que todos os indicadores refletiram com nitidez seus efeitos na estagnação da economia brasileira. Como resultado disso, houve sensível alteração nas formas de reorganização do espaço brasileiro, com gradativas desconcentrações econômicas, sendo os grandes centros industriais os que mais perderam peso no setor da indústria. Paralelo a isso, cresceu o desenvolvimento interno de regiões brasileiras e surgiram vários pontos de produtividade em praticamente todas as regiões. Essa tendência favoreceu o crescimento dos municípios de porte médio, localizados próximos às malhas de transporte e distantes dos problemas dos grandes centros, muitos desses municípios já vinham crescendo com um bom ritmo em relação às grandes cidades. A redução do crescimento econômico incentivou uma menor migração em direção às principais cidades, favorecendo, assim, a migração de retorno.

Ainda de acordo com Cunha (2005), observa-se que, nas últimas décadas, o país foi marcado por uma alteração nos padrões de crescimento populacional. Nas décadas precedentes, os investimentos em indústrias e urbanização conjuntamente com as altas taxas de natalidade geraram um grande excedente populacional, o que alimentou os movimentos migratórios em direção às grandes cidades e às fronteiras agrícolas. Porém, as mudanças na economia trouxeram um esgotamento nos padrões que acompanhavam a dinâmica populacional e, em consequência, os movimentos da população no espaço ganharam outras tendências, fruto da nova expansão brasileira. As áreas das grandes cidades, mesmo perdendo população e parcelas físicas de produção, não deixam de exercer controle sobre as atividades econômicas mais importantes do país, sendo assim, elas atraem e expulsam imigrantes para renovar sua mão de obra de acordo com suas necessidades, com isso as redes migratórias ganham maior complexidade no interior brasileiro com a multiplicação das cidades e na atração ou expulsão de migrantes.

Dessa forma, observa-se que os deslocamentos populacionais no Brasil estão ligados profundamente ao desenvolvimento da sociedade, seja ele nos aspectos econômicos, sociais, políticos ou culturais, sendo essas migrações um resultado do processo histórico e social.

No que se refere ao processo migratório e à urbanização no Rio Grande do Sul, Moreira (2000) destaca que tiveram seu início com os Jesuítas espanhóis que fundaram as Missões (Sete Povos), com a finalidade de catequizar os índios.

Eles trouxeram para o território gaúcho a criação de animais, principalmente o bovino, e introduziram a agricultura e a extração de erva-mate. Todavia, vários conflitos e guerras causaram a destruição dos Sete Povos (Missões).

Como várias áreas do território gaúcho permaneciam despovoadas, o Governo brasileiro promoveu a imigração de diversos grupos que vieram para o Rio Grande do Sul, dentre eles, alemães e italianos foram os que vieram em maior número.

Os alemães foram os primeiros a chegar ao estado fundando vários povoados que, mais se tarde, tornaram-se cidades. Os italianos vieram logo depois, colonizando a parte superior da encosta e a borda do Planalto. A contribuição desses imigrantes europeus foi de fundamental importância para a formação do território gaúcho, que conta hoje com 496 municípios, sendo que a população total do estado é de 10.187.842 pessoas e, desse total, 84,75% é de população urbana (IBGE, 2000).

Dos 496 municípios, aquele que interessa neste estudo é o de Santa Maria, cuja origem data da época do Brasil Colônia. A sua ocupação está relacionada a doações de sesmarias e ao constante litígio entre Portugal e Espanha, que passaram a ter os seus limites demarcados a partir do tratado de Santo Idelfonso em 1777.

A primeira ocupação do território, que hoje é o atual Município de Santa Maria, aconteceu em 1787 com a chegada da Comissão Demarcadora de Limites da América Meridional, formada por membros nomeados pelos reinos da Espanha e Portugal com o objetivo de fixar as fronteiras.

Segundo Belém (1989, p. 20),

conforme consta do Diário da Demarcação de Limites da América Meridional da autoria do astrônomo da expedição Dr. José de Saldanha, foi no ano de 1787, nos meses de março a abril, que passou por terras de Santa Maria a comissão Mista (espanhola e portuguesa) encarregada de marcar a linha divisória entre os domínios de Espanha e Portugal no Sul da América.

A Comissão demarcadora montou o acampamento nas terras da estância do Padre Ambrósio José de Freitas, no Passo do Arroio Santa Maria (atual Passo da Areia). Nesse local, teve início a cidade de Santa Maria. Seu desenvolvimento ocorreu com a vinda de vários estancieiros paulistas com suas famílias, escravos, indígenas, paulistas e peões, constituindo, com isso, um novo povoado no local onde são hoje as ruas Dr. Bozano e Acampamento.

Conforme Belém (1989), no início de outubro de 1801, Santa Maria deixou de ser um acampamento e tornou-se um povoado que continuou a se desenvolver recebendo imigrantes, na sua maioria açoriano.

Em 1819, é criado o Curato de Santa Maria com categoria de distrito de Cachoeira do Sul. Em 1831, chega a Santa Maria um contingente estrangeiro composto por alemães, reforçando a ocupação da área e aumentando a população local.

Segundo Belém (1989), em 1837, Santa Maria da Boca do Monte passa de Curato a Paróquia deixando de ser Capela Curada filial de Cachoeira do Sul devido à Lei Provincial de nº. 6 de 17 de novembro de 1837. Por seu posicionamento geográfico, Santa Maria teve um contínuo crescimento econômico urbano formando um requisito importantíssimo para que ela fosse elevada à categoria de vila. Isso ocorreu por meio da Lei Provincial de nº. 400 de 16 de dezembro de 1857, sendo que no ano seguinte, foi instalado o novo município de Santa Maria, foi registrada, também a instalação da Primeira Câmara Municipal da Vila de Santa Maria da Boca do Monte, que passou a administrar o município.

Ainda de acordo com o autor, após a inauguração da linha férrea em 1885, que ligava Santa Maria a Cachoeira do Sul, o município teve um grande impulso comercial que se estendeu por toda a zona urbana, pois a estrada de ferro passou a ligá-lo à capital da Província, tornando-se, assim, um obrigatório entreposto das praças comerciais da fronteira e da região serrana com a de Porto Alegre. Com isso, surgiu no local a indústria de hotéis que tirava grande proveito pelo fato de sediar o ponto terminal da via férrea. Foram também construídas várias sociedades recreativas, um teatro, iluminação pública, serviços postais, rede telefônica e calçamento das ruas centrais.

Conforme Figueiredo (2001), pode-se observar o quanto o município cresceu devido ao setor de transporte, principalmente o ferroviário, ocasionando uma grande expansão urbana, ultrapassando a área central da cidade e expandindo-se para o Leste, Sul, Norte e todas as direções do município. Esse fato tem reflexos até os dias atuais.

Na década de 1960, as atividades militares estratégicas, a construção do aeroporto e da Universidade Federal de Santa Maria fizeram com que a cidade assumisse um grande poder de atração, principalmente na área de prestação de serviço. Isso contribuiu para que ocorresse um aumento populacional e um acelerado processo de urbanização. No entanto, a cidade não estava preparada para receber grandes contingentes de pessoas, principalmente migrantes de outras regiões do estado e até mesmo de outros estados brasileiros, o que resultou na periferação de parcela significativa da população.

Também, a modernização da agricultura por meio da mecanização expulsou as pessoas do campo que vieram para a cidade em busca de melhores condições de vida, aumentando os bolsões de pobreza, pois chegam à cidade sem emprego e qualificação para o trabalho, passando a viver em uma situação de subemprego ou de desempregados.

Tudo isso contribui e vem contribuindo para que esse processo se torne ainda mais acelerado anexando às cidades novos espaços urbanos sem o devido planejamento e de modo desordenado, desconsiderando as características naturais do meio. A consequência dessa urbanização desordenada é vista nas cidades através da poluição dos rios e arroios, destruição dos recursos naturais, ocupação de áreas inadequadas com ausência de infraestrutura como esgoto, recolhimento do lixo, iluminação pública e principalmente a presença de habitações em condições precárias que são ocupadas por pessoas de baixa renda.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Santa Maria, em 1991, contava com uma população fixa de 217.592 habitantes, destes, 90,23% eram de população urbana; em 2000, essa população passou para 243.611 habitantes e, destes, 94,68% eram de população urbana. Deve-se considerar que, durante o ano letivo, a cidade tem um acréscimo significativo da população devido ao fluxo de estudantes.

O que se pode notar é que a cidade de Santa Maria assemelha-se às demais cidades brasileiras em sua formação e a fatores de crescimento com problemas decorrentes da urbanização acelerada. A cidade é hoje constituída por vários bairros e, dentre eles, destaca-se o de Camobi, o maior bairro da cidade, localizado na zona leste. É nesse bairro que se encontra inserida a Vila Jardim, objeto deste estudo.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Santa Maria situa-se na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense e na Microrregião de Santa Maria, com uma área de 1.780 km² conforme o site da Prefeitura Municipal. Situada no paralelo 29°41'25" e 34° 00' de latitude sul e no meridiano 53°48'22" e 54° 08' de longitude oeste, está distante da capital Porto Alegre 290 km e possui altitude mínima de 41 metros e altitude média de 113 metros acima do nível do mar.

A região em estudo (Vila Jardim) está situada no bairro Camobi, que antes era distrito de Santa Maria, conforme Beltrão (1958), 3º distrito de Santa Maria chamado de Estação Colônia que corresponde hoje (2008) ao bairro Camobi. Teve sua origem nas últimas décadas do século XIX com a abertura da ferrovia Porto Alegre – Santa Maria – Uruguaiana.

Segundo Beltrão (1958), o povoamento inicial foi feito por imigrantes poloneses que ali se instalaram dentro do plano de imigração do Governo Imperial. Porém, esses imigrantes não se adaptaram ao local e foram substituídos por colonos italianos procedentes da colônia de Silveira Martins que se fixaram principalmente nas regiões de Arroio Grande, São Marcos, Estação Colônia e São Sebastião. Devido à sua região plana e fértil e ao trabalho árduo dos colonos italianos, a região progredia muito.

Segundo Abreu (1953), na Estação Colônia foi se instalando comércio e pequenas indústrias como alambiques e moinhos de farinha de milho. O povoamento continuou crescendo de tal forma que em 1920 já era considerado um dos distritos mais populosos, levando-se em conta o fato de não possuir uma área muito grande.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), alguns habitantes do então 3º distrito de Santa Maria iniciam uma campanha para alterar o nome, pelo fato de haver no país inimigo (Alemanha) uma cidade homônima “Colônia”, o que era considerado uma afronta aos brios nacionalistas dos moradores do distrito. O distrito então recebeu o nome de Camobi. Segundo Beltrão (1958), o termo é de origem guarani e significa “Seios de Moça”, isso se deve à existência de dois morros de formas arredondadas na subida de Camobi para Santa Maria.

Segundo o Jornal **A Razão** (1988), durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1943, iniciou-se a construção da Base Aérea de Santa Maria e o trem usado somente para o transporte de cargas começou a operar como linha de passageiros pelos operários americanos. No Jornal **A Razão** (1988, p. 7), está que “um comboio especial levava e trazia os trabalhadores da cidade a Camobi, sendo a primeira experiência de transporte de massa em Santa Maria”.

Em 1964, segundo a Prefeitura Municipal de Santa Maria, iniciou no distrito de Camobi um movimento de moradores e líderes locais pela emancipação do 3º distrito, com isso Dr. Miguel de Andrade Neves Meirelles, prefeito municipal, criou a lei de Nº. 1.190, de 14 de dezembro de 1964, que retirou do 3º distrito uma grande faixa de terra abrangendo o Aeroporto, a Universidade e diversas vilas como Santa Helena, Assunção, Tereza e Santos Dumont, que foram anexadas ao 1º distrito (sede do município). Com essa manobra, os planos de emancipação do distrito chegaram ao fim.

Com o passar dos anos, Camobi atingiu um grande grau de desenvolvimento, assumindo contornos de uma verdadeira cidade ao lado de Santa Maria, com unidades de grande importância como a Universidade Federal, a Base Aérea com aeroporto civil, comércio e indústria variada, bancos, duas rodovias estaduais, entre outros.

Em 1986, o então prefeito José Haidar Farrét alterou a divisão urbana da cidade e transformou o 3º distrito em bairro de Camobi com a Lei Municipal de nº. 2770/86, de 02 de julho de 1986. O bairro Camobi passou a constituir-se das seguintes vilas: Vila Soares do Canto, Parque Residencial Universitário, Parque Residencial Fiori D'Itália, Vila Operária, Vila Santa Helena, Vila Assunção, Vila Tereza, Vila Santos Dumont, Base Aérea de Santa Maria, Condomínio Vila Verde, Parque Alto da Colina, Pettit Vilage e Vila Jardim.

Em 2006, foi feita nova divisão urbana pelo prefeito em exercício com a lei complementar nº. 042/2006, de 29 de dezembro de 2006, que criou novas unidades urbanas, alterou a divisão urbana de Santa Maria, deu nova denominação aos bairros e revogou a Lei Municipal Nº. 2770/86, de 02 julho 1986. Com essa lei complementar, o bairro Camobi teve uma nova forma contendo as seguintes vilas: Base Aérea de Santa Maria (BASM), Condomínio Residencial Novo Horizonte, Condomínio Vila Verde, Estação Colônia, Loteamento Behr, Loteamento Carlos Gomes, Loteamento Grazziotin, Loteamento Irmão Leão, Loteamento Martins da Silva, Loteamento Monfardini, Núcleo Habitacional Fernando Ferrari, Parque Alto da Colina, Parque Residencial Amaral, Parque Residencial Camobi, Parque Residencial Fiori D'Itália, Parque Residencial Monte Carlo, Parque Residencial Novo Horizonte, Parque Residencial Santa Lúcia, Parque Residencial Universitário, Pettit Vilage, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Vila Almeida, Vila Assunção, Vila do Canto, Vila Jardim, Vila Santa Helena, Vila Santos Dumont, Vila Tereza, Vila Tonetto e Vila Vítório Rossato.

A Vila Jardim está inserida ao norte do bairro Camobi, localiza-se ao norte com a Vila Aparício de Moraes e ao sul com as vilas Soares do Canto e Vítório Rossato. Ela é composta por uma única rua, a Rua 8 de Junho. Segundo moradores, esse nome foi escolhido por ser a data em que ganharam a causa dos terrenos junto à prefeitura.

Conforme relato verbal dos moradores, as terras da atual vila pertenciam a RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima), logo após a invasão, os terrenos foram comprados da RFFSA pela Prefeitura Municipal, que loteou os terrenos e vendeu aos moradores por valores irrisórios. Praticamente todos os moradores possuem escritura de seus terrenos, apenas alguns não legalizaram seus lotes. A legalização foi fornecida pela procuradoria do município na pessoa do Dr. Paulo Rui Leal.

Segundo moradores que participaram da invasão na época, a ocupação das terras ocorreu no final da década de 1970 e início de 1980. Ocorreu de

forma desordenada por pessoas de poucos recursos, em sua maioria operários, biscateiros, domésticas, entre outros. Na época da invasão, os moradores passaram por muitas necessidades como falta de energia elétrica, água, entre outros problemas.

Ainda segundo esses moradores, eles não receberam ajuda do poder público na construção das casas, mas receberam ajuda da paróquia Nossa Senhora da Glória por meio da ação social da igreja que formou grupos para realizar promoções e obter recursos que foram empregados na instalação de energia elétrica e outros benefícios. Os moradores da vila se organizaram em uma Associação Comunitária e, com ela, muitas vitórias foram conquistadas, como a creche que foi erguida em conjunto com a Sociedade Espírita Leon Denni.

METODOLOGIA

A metodologia assume relevada importância em uma pesquisa, uma vez que representa os seus caminhos. Quanto ao método, é dedutiva, pois parte de explicações gerais da urbanização e migração para somente depois chegar ao local de estudo, a Vila Jardim no Bairro Camobi na Cidade de Santa Maria, RS; quanto aos objetivos, é descritiva; e, de acordo com os procedimentos de coleta, é bibliográfica e de campo.

Várias etapas conduziram este trabalho. No primeiro momento, buscaram-se bibliografias referentes ao tema da pesquisa para a construção do referencial teórico que deu suporte ao trabalho desenvolvido. Assim, foi possível conhecer aspectos sobre a urbanização mundial, brasileira, regional e local, e identificar as origens das migrações em nosso país, no estado e dentro do município.

Foi construído o histórico do bairro Camobi e da Vila Jardim, por meio de pesquisa em livros, Câmara de Vereadores, Prefeitura Municipal e com a ajuda de moradores do local.

Num segundo momento, foi elaborado um instrumento de pesquisa representado por um questionário adaptado de Figueiredo (2001), com perguntas objetivas fechadas e de múltipla escolha. Essas perguntas referiam-se às condições socioeconômicas das famílias de migrantes e não migrantes da vila, questões ambientais, de infraestrutura e relativas à convivência dos moradores da vila.

Num terceiro momento, aplicou-se a pesquisa de campo, por meio de questionário de entrevista, realizada de forma amostral e respondida pelos chefes

de domicílios. Foram aplicados vinte questionários para um total de oitenta moradias. Contemplaram-se, assim, 25% delas. Na aplicação do questionário de entrevistas, a escolha da primeira moradia foi feita aleatoriamente. A partir dessa escolha, aplicou-se um questionário a cada quatro moradias.

Finalmente, os dados obtidos foram tabulados, organizados em tabelas e gráficos e analisados, possibilitando a redação do texto final da pesquisa.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa realizada na Vila Jardim no Bairro Camobi na cidade de Santa Maria, RS, foram analisados levando-se em conta a pesquisa de campo, na qual foi aplicado um questionário como instrumento de pesquisa. Logo após, os dados foram tabulados, tornando possível a confecção das tabelas e suas análises.

ASPECTOS POPULACIONAIS

Estudar a população é importante, visto que, por meio de seu estudo, pode-se conhecer a população em idade escolar e em ativa, o número de idosos de um país, cidade, lugar, dentre outros.

A análise dos aspectos populacionais da Vila Jardim refere-se às vinte famílias entrevistadas, em que se consideraram as diferentes faixas etárias, com as quais pôde-se identificar a estrutura sexo-idade dessa população (Tabela 1).

Tabela 1 - Estrutura sexo – idade dos entrevistados.

Faixa etária	Sexo				
	HOMEM	%	MULHER	TOTAL	%
0 - 19	08	11,76	18	26,46	38,22
20–59	15	22,05	22	32,37	54,42
60 ou +	02	2,95	03	4,41	7,36
TOTAL	25	36,76	43	63,24	100

FONTE: Pesquisa de Campo - fev./2008.

Organização: SANTOS, Elaine B.

Considerando os dados da tabela 1, evidencia-se um predomínio de mulheres em relação aos homens, com uma ampla diferença em quase todas as faixas etárias. Quando se comparou a estrutura por sexo da população entrevistada

com a população de Santa Maria, observou-se que de um total de 243.611 pessoas (IBGE, 2000), a população feminina era de 52,40%, enquanto que a masculina era de 47,60%. Com isso, pôde-se perceber que a cidade de Santa Maria possui uma população feminina maior que masculina, a exemplo do que ocorre na Vila. Porém, na Vila estudada, as diferenças são mais significativas.

Quanto à estrutura por idade dos componentes das famílias entrevistadas na Vila, percebeu-se que ela é bastante significativa na faixa etária de 0 a 19 anos, totalizando 38,22%. Quando se analisou a estrutura por sexo nessa faixa etária, houve um predomínio da população feminina sobre a masculina, com percentuais de 26,46% e 11,76%, respectivamente.

Foi possível verificar, também, que a população adulta corresponde a 54,42%, enquanto que a população idosa tem um percentual de apenas 7,36%. Percebeu-se que existe um número expressivo de crianças, reflexo das comunidades mais pobres que normalmente tem um maior número de filhos.

A tabela 2 mostra os valores absolutos e relativos da renda familiar em salários-mínimos.

Tabela 2 - Valores absolutos e relativos referentes à renda familiar em salários-mínimos.

Renda familiar	Nº. de famílias	%
½ a 1 ½ salários	08	40,0
1 ½ a 2 ½ salários	05	25,0
mais de 2 ½ salários	07	35,0
TOTAL	20	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - fev./2008.

Organização: SANTOS, Elaine B.

Na renda das famílias entrevistadas há um predomínio de baixos salários, pois 40% delas inserem-se na faixa de ½ a 1 ½ salários-mínimos e na faixa entre 1 ½ a 2 ½ salários-mínimos, o percentual é de 25%. Esses dados mostram o baixo poder aquisitivo da população residente na Vila. Na faixa salarial de mais de 2 ½ salários-mínimos, tem-se um percentual de 35%. Sabe-se que a renda influi no poder aquisitivo das famílias e, conseqüentemente, nas condições de conforto e bem-estar. Um dos fatores que justificam os baixos salários está relacionado ao nível de escolaridade dos moradores entrevistados, conforme indica a tabela 3.

Tabela 3 - Número absoluto e relativo de chefes de famílias segundo o nível de escolaridade dos entrevistados.

Escolaridade	Nº. de chefes de famílias	%
Analfabeto	01	5,0
Ens. F. incompleto	12	60,0
Ens. F. completo	03	15,0
Ens. Médio incompleto	00	0,0
Ens. Médio completo	04	20,0
Ens. Superior	00	0,0
TOTAL	20	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - fev./2008.

Organização: SANTOS, Elaine B.

Na tabela 3, mostra-se o nível absoluto e relativo dos chefes de famílias segundo o nível de escolaridade. Constata-se que 60% dos chefes de famílias, ou seja, mais da metade da população entrevistada possui o Ensino Fundamental incompleto e 15% o concluiu. Quanto ao Ensino Médio, apenas 20% dos entrevistados o concluíam. A pesquisa evidenciou, também, que os chefes de famílias que possuem o ensino médio completo são jovens de pouca idade. Isso mostra que os mais jovens estão tendo melhores oportunidades de ensino. Observou-se a existência de analfabetos, por meio do percentual de 5%.

O baixo nível de escolaridade pode ser explicado pela falta de oportunidade de estudar, pois a maioria dos entrevistados teve que iniciar no trabalho muito cedo para prover o sustento de suas famílias. Esse fato se reflete em seu nível de renda e, também, no tipo de ocupação dos chefes de famílias, uma vez que a maioria são diaristas, pedreiros, serventes, papelheiros, entre outras atividades que não exigem um alto nível de escolaridade.

A pesquisa permitiu constatar que todas as crianças da Vila em idade escolar estão na escola e que os pais têm grande preocupação com sua educação. No que concerne à qualidade do ensino, foi considerada boa por todos os entrevistados. A Vila possui uma escola municipal que atende crianças do primeiro ao nono ano escolar, bem como uma creche do município que atende as crianças pequenas da comunidade.

Na tabela 4, indica-se em que tipo de migração se inserem os chefes de famílias entrevistados da Vila.

Tabela 4 - Em números absolutos e relativos dos migrantes chefes de famílias segundo o tipo de migração.

Tipo de migração	Migrantes	
	Nº. de chefes de famílias	%
Migração interurbana	02	10,0
Migração rural-urbana	06	30,0
Migração intraurbana	06	30,0
Nasceram na vila	06	30,0
TOTAL	20	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo- fev./2008.

Organização: SANTOS, Elaine B.

A partir da tabela 4, pode-se perceber que a maioria dos migrantes é originária de áreas rurais ou então da própria cidade, o que demonstra que o movimento da população é de curta distância.

Conforme Pacheco e Patarra (1997), nos dias de hoje, a mobilidade humana no Brasil aponta para o crescimento das migrações de curta distância (intraurbana) e dos fluxos urbano-urbano, aumentando o número de pessoas que migram de uma cidade para outra em busca de trabalho e de melhores condições de vida. O êxodo rural acentuou-se em larga escala devido à miséria e à pobreza, agravado pela falta de infraestrutura (educação, saúde...), pela concentração de terras nas mãos dos latifundiários e pela mecanização das atividades agrárias. Isso faz com que a população rural se sinta atraída pelas perspectivas de um emprego urbano que melhore o seu padrão de vida. No entanto, na maioria das vezes, a cidade não apresenta uma oferta de emprego compatível com a procura, com isso surge subemprego e desemprego, resultando em invasões de periferias das cidades, como ocorreu com a Vila estudada.

Na tabela 5, apresenta-se a percepção dos entrevistados em relação às condições socioeconômicas.

Tabela 5 - Condições socioeconômicas dos migrantes e não migrantes da Vila.

Condição socioeconômica	Migrantes		Não migrantes	
	Nº. de famílias	%	Nº. de famílias	%
Melhorou	09	45,0	03	15,0
Continua a mesma	04	20,0	01	5,0
Piorou	01	5,0	02	10,0
TOTAL	14	70,0	06	30,0

FONTE: Pesquisa de Campo - fev./2008.

Organização: SANTOS, Elaine B.

Na tabela 5, mostra-se a percepção dos entrevistados quanto à melhoria ou não das condições socioeconômicas. Por meio dela, constatou-se que as melhoras foram mais significativas para os migrantes do que para os não migrantes. Com relação à opinião de que a condição socioeconômica continua a mesma, as respostas foram mais representativas entre os migrantes. Com isso, pode-se verificar que as famílias de migrantes estão tendo maiores oportunidades e conseguindo uma melhor condição socioeconômica.

Quanto aos serviços e condições de infraestrutura da Vila Jardim, verificou-se que não existem locais de recreação para a população. O sistema de saúde mais utilizado é o serviço público de saúde. A população se diz contente com os serviços de infraestrutura oferecidos na Vila.

Em relação aos problemas ambientais, o que mais preocupa os moradores é o esgoto a céu aberto, pois ele provoca a proliferação de insetos e mau cheiro, o que pode gerar doenças na população.

Quanto às sugestões para a melhoria da qualidade de vida da população, um dos itens apontados foi a segurança pública, pois existem muitos casos de drogas no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante conhecer a origem e a evolução de uma população para poder, então, fazer uma análise de seus aspectos culturais e sociais deixar, sendo de fundamental relevância resgatar os aspectos históricos. A partir do conhecimento do passado e do presente, torna-se possível estabelecer as relações do homem com o meio onde vive.

No que se refere aos aspectos populacionais da Vila Jardim, evidenciou-se um predomínio de mulheres em relação aos homens com uma ampla diferença. Considerando a faixa etária da população da Vila Jardim, constatou-se que é formada principalmente por adultos e jovens, sendo a população idosa em número muito reduzido.

Quanto à renda familiar, percebeu-se que há um predomínio de baixos salários, sendo o nível de escolaridade um dos fatores que os justificam. Mais da metade da população entrevistada possui o ensino fundamental incompleto e os que possuem o ensino médio completo são jovens de pouca idade. Esse fato se reflete no nível de renda e nos tipos de residências dos moradores da vila.

No que se refere às migrações na Vila, observou-se que mais da metade dos moradores são migrantes e que as suas condições socioeconômicas foram

mais significativas do que para os não migrantes. As famílias de migrantes têm maiores oportunidades e uma melhor condição socioeconômica.

Para que a Vila se torne um lugar melhor para viver, é necessária a melhoria ou a implantação de alguns serviços como, por exemplo, a rede de esgoto, a fim de preservar o meio ambiente e a saúde das pessoas; serviços de segurança pública e de espaços públicos que possibilitem a prática do lazer por parte dos residentes na Vila. Como forma de minorar o problema, é necessária uma maior preocupação por parte dos administradores do município, no sentido de tomar providências quanto à solução dos problemas da vila, bem como uma maior união entre os moradores para que as dificuldades sejam solucionadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Pacheco de (Org.). **Guia geral do município de Santa Maria**. Santa Maria, 1953.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria - 1797-1933**. Santa Maria: editora da UFSM, 1989.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. Santa Maria: Pallotti, 1958.

SANTA MARIA. **Lei Municipal de nº. 1.190 de 14 de dezembro de 1964**. Santa Maria: Câmara Municipal, 1964. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

_____. **Lei municipal de nº. 2770/86 de 02 de Julho de 1986**. Santa Maria: Câmara Municipal, 1986. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

_____. **Lei complementar nº. 042/2006, de 29 de dezembro de 2006**. Santa Maria: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

Caderno de bairros. **A Razão**, Santa Maria, 03 de março de 1988.

CUNHA, José M. Pinto. Migração e urbanização no Brasil alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez., 2005.

FIGUEIREDO, Vilma D. Monfardini. **População e qualidade de vida em Santa Maria-RS, Estudo de caso: Bairro Urlândia, 2001**. 197 p. Dissertação (Mestrado Organização do Espaço), Instituto de Geociências e Ciências Exatas/Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2001.

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Amostra e características gerais da população (2000)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. São Paulo: Ática, 2000.

OLIVEIRA, Antônio T. Ribeiro. Movimentos Populacionais: uma Revisão do Fenômeno Migratório no Brasil. **ABEP**, Minas Gerais, 2006. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG - Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos Migratórios anos 80: novos padrões? In: PATARRA, Neide et al. (Orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**. São Paulo 1980-1993. Campinas, SP: UNICAMP Instituto de Economia, 1997. p. 23- 52.

Prefeitura municipal da cidade de Santa Maria, RS. Disponível em <<http://www.santamaria.rs.gov.br/>> acessado em: 11 mai. 2008.

SINGER, Paul Israel. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: O Papel do Crescimento Populacional no Desenvolvimento Econômico**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

VALENTE, Valdemar. Considerações sobre a geografia agrária. **Revista Vidya**, Santa Maria, n. 24, p. 113-119, 1995.

